



PUC Minas

# Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 19 • 18 a 24/09/2005 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

## Análise:

### **22/09/2005 - Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento econômico .....p.01**

Conforme relatório da ONU, a desigualdade mundial vem aumentando nas últimas décadas, apesar do aumento da riqueza disponível. Analisam-se os efeitos do aumento da desigualdade.

## Resenhas:

### **20/09/2005 - A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento .....p.04**

A República Popular da China possui uma economia em rápida expansão. Com um produto interno bruto crescendo a uma média de 9,5% ao ano, a necessidade chinesa por recursos energéticos deve aumentar em 150% até o ano de 2020. Com isso, visando a garantir certa segurança nas questões referentes ao abastecimento de energia, a China vêm diversificando suas fontes de fornecimento de recursos energético.

### **22/09/2005 - Parlamento da Ucrânia aprova novo primeiro-ministro .....p.08**

Yuri Yekhanurov é eleito o novo primeiro-ministro ucraniano depois de o Presidente Viktor Yushchero realizar negociações com os grupos parlamentares.

### **22/09/2005 - Iraque sofre com três dias de subseqüentes ataques terroristas .....p.10**

Durante três dias seguidos o Iraque sofreu uma série de ataques terroristas que deixaram mais de 200 mortos. Parte dos atentados foram reivindicados pela rede terrorista Al Qaeda.

### **22/09/2005 - Eleições no Haiti .....p.12**

Foi renovado o mandato da Minustah, que tentará garantir a segurança das eleições de outubro e novembro.

### **22/09/2005 - Brasil e Guatemala assinam acordos de cooperação em diversas áreas .....p.14**

A visita oficial do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala, no último dia 13, possibilitou a assinatura de acordos de cooperação entre os países nas áreas de educação, saúde, tecnologia e comércio.

---

# Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento econômico

---

Análise  
Segurança / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Bárbara Gomes Lamas  
22 de setembro de 2005

---

Conforme relatório da ONU, a desigualdade mundial vem aumentando nas últimas décadas, apesar do aumento da riqueza disponível. Analisam-se os efeitos do aumento da desigualdade.

---

A Organização das Nações Unidas publicou, no dia 25 de agosto de 2005, o relatório “Situação Social Mundial 2005 - o problema da desigualdade”, por meio do Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA, em inglês). Segundo este relatório, apesar de a economia mundial ter apresentado altas taxas anuais de crescimento nas últimas décadas (em torno dos 3,5%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional), a desigualdade mundial aumentou: os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres, mais pobres. Os 20 países mais ricos triplicaram sua renda *per capita* nas últimas quatro décadas (de US\$11.417 para US\$32.339); nos 20 países mais pobres, o rendimento subiu apenas 26% passando de US\$212 para US\$267 em 2002. Comparando-se a renda *per capita* dos países em desenvolvimento à dos países industrializados, percebe-se que, entre 1980 e 2001, ela caiu de 18% para 12,8%, isto é, os benefícios do crescimento foram para os países ricos e industrializados. A diferença aumentou também dentro dos Estados: na China, por exemplo, os 10% da população rural mais rica detinham, há 10 anos, o dobro da renda da população mais pobre; hoje, a diferença chega a 250%. E mesmo nos países

industrializados a desigualdade aumentou.

A desigualdade se reflete também nos hábitos e nos consumos: segundo o relatório da ONU, 86% do consumo privado total são feitos pelos 20% mais ricos da população mundial; estes mesmos 20% têm 74% das linhas telefônicas, 45% do consumo de carne e de peixe, 58% da energia total e 87% do consumo de papel; os 20% mais pobres da população ficam com somente 1,3% do consumo privado total, 1,5% das linhas telefônicas, 5% do consumo de peixe e carne, 4% da energia total e menos de 1% do consumo de papel. A análise dos padrões de consumo constitui uma forma de mensuração da exclusão social, na medida em que identifica quem tem acesso ou não a recursos, bens e serviços.

Importa notar que o relatório trata a desigualdade não apenas como diferença de renda, mas também de qualidade e acessibilidade a serviços sociais básicos (educação e saúde, por exemplo), oportunidade de emprego, proteção dos direitos humanos e acesso ao processo decisório (poder político e de representação). O texto denuncia que os povos indígenas, os incapacitados, idosos e jovens são impedidos de participar da



tomada de decisões que afetam a sua qualidade de vida e têm, na maioria das vezes, negado os seus direitos básicos.

O fato de o crescimento econômico não ter resultado automaticamente em desenvolvimento econômico e redução da desigualdade comprova que, ao contrário do que sugerem as teorias clássicas do comércio, como o modelo Heckscher-Ohlin<sup>1</sup> de comércio, o crescimento econômico não é suficiente para reduzir as desigualdades. Segundo este grupo de teorias, a intensificação do comércio teria dois tipos de conseqüências, decorrentes da especialização da produção em setores em que apresentassem vantagem comparativa: nos países em que a produção fosse intensiva em tecnologia, a diminuição da demanda por mão-de-obra aumentaria a desigualdade; nos países intensivos em mão-de-obra, o aumento na demanda por trabalho elevaria o preço da mão-de-obra (salário) e, conseqüentemente, reduzir-se-iam as diferenças salariais. Os resultados da pesquisa da ONU, no entanto, apontam para outra direção: a desigualdade tem aumentado nos dois casos (em países intensivos em mão-de-obra e em tecnologia).

O processo de liberalização política e econômica que se vem verificando ao longo das últimas décadas, em especial depois da década de 1980, vem sendo acompanhado pela iniquidade entre países e dentro deles. Esperava-se que, com a implementação de programas de ajuste estrutural, as taxas de crescimento econômico seriam maiores, e que, uma vez resolvida a questão do desequilíbrio fiscal, as taxas de crescimento seriam suficientes para gerar benefícios sociais. O

resultado, no entanto, foi bastante diverso: verificou-se a piora em diversos indicadores, como emprego (aumento do número de pessoas na economia informal), seguridade trabalhista e salários. Além disso, as políticas liberalizantes tenderam a acentuar as desigualdades, na medida em que os altos níveis de gasto social público não beneficiaram os pobres, que continuam marginalizados no que se refere à assistência pública.

Tal marginalização pode gerar um déficit no cumprimento das expectativas dos indivíduos por duas razões: 1) com a crise do Estado de bem-estar e a implementação de políticas informadas por premissas neoliberais, reduzem-se os gastos governamentais com políticas sociais, transferindo a responsabilidade por sua realização à sociedade; 2) algumas sociedades podem ter dificuldades em articular suas demandas, por meio da sociedade civil, de forma que nem todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades. Neste sentido, alguns indivíduos podem ser excluídos tanto do mercado de trabalho (possibilidade de realizar suas expectativas por esforço próprio) quanto do processo de decisão do Estado (provimento de expectativas com “ajuda” de políticas sociais).

Do déficit de provimento de expectativas pode decorrer um aumento nos níveis de violência. Não existe uma relação causal simples entre desigualdade e violência – e isto é reconhecido no texto –, apesar de existir um vínculo entre as duas. No relatório, afirma-se que é menor a probabilidade de países menos desiguais e em que se respeitam os direitos humanos de enfrentar a violência e conflitos armados. Há fortes indícios de que a correlação entre desigualdade e altos níveis de crime é particularmente forte em períodos de volatilidade econômica e recessão. Vários estudos relacionam o aumento da violência ao déficit no provimento de expectativas: sentindo-se excluídos da ordem vigente e incapazes

<sup>1</sup> Segundo a teoria Heckscher-Ohlin (H.O), uma nação exportará a mercadoria cuja produção exija o uso intensivo do fator relativamente abundante e barato, e importará a mercadoria cujo fator de produção seja escasso e caro. Isto é, um país relativamente rico em trabalho exportará produtos intensivos em mão-de-obra, e importará produtos intensivos em capital. E vice-versa.

de mudar o *status quo* por meio de instituições formais, os indivíduos buscam outras formas de inserção, muitas vezes na criminalidade ou outras formas de conflito armado. O uso da força, então, surge como “forma de preencher o vazio deixado por relações sociais e políticas enfraquecidas”, como afirmou o professor francês Michel Wieviorka, uma forma de os indivíduos responderem à incapacidade dos Estados em atender as demandas sociais, realização e efetivação de expectativas do ponto de vista de "justiça redistributiva" face à desigualdade da hierarquia social.

A situação pode ser ainda mais complicada quando se trata dos jovens. Muitos mercados de trabalho são incapazes de absorvê-los – quase a metade da população mundial tem, hoje, 25 anos ou menos –, fazendo com que a taxa de desemprego seja de duas a três vezes mais alta entre os jovens. Por meio deles as expectativas se constituem como um problema e tomam corpo: eles estão sujeitos, por um lado, ao apelo social por ascensão social; por outro, este apelo é barrado pela incapacidade de se prover as expectativas. Diante da falta de perspectivas e do sentimento de injustiça, os jovens podem, segundo o relatório, vivenciar a anomia e voltar-se para um comportamento violento.

Assim, pode-se concluir que o equacionamento da questão da segurança – ou ao menos da segurança que não envolva conflitos interestatais e interesses nacionais – passa também pela redução da desigualdade. Melhorar o acesso dos pobres e outros grupos marginalizados aos serviços públicos (especialmente saúde e educação) e programas de transferência de renda são essenciais para mudar a estrutura de oportunidades e são centrais para reduzir a transmissão intergeracional da pobreza e da iniquidade. Ao mesmo tempo, focar exclusivamente no crescimento econômico e na geração de renda como estratégia de desenvolvimento é ineficaz, pois ele leva à

acumulação da riqueza por uns poucos e aprofunda pobreza de muitos, além de não considerar a transmissão intergeracional da pobreza. A redução da desigualdade requer a adoção de políticas igualitaristas específicas, o que vai de encontro à tendência de implementação de políticas voltadas exclusivamente para o mercado.

## Referência

WIEVIORKA, Michel. “O novo paradigma da violência”. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, vol.9, n.1, pp.5-41, maio de 1997.

RELATÓRIO “Situação Social Mundial 2005 – o problema da desigualdade”. Disponível em <http://www.un.org/> (acesso em 09 de setembro de 2005)

### Sites:

BBC News –

<http://www.news.bbc.co.uk>

CEPAL –

<http://www.cepal.org>

Inter Press Service News Agency –

<http://www.ips.org>

ONU –

<http://www.un.org>

PNUD –

<http://www.undp.org>

The Washington Post –

<http://www.washingtonpost.com>

### Ver também:

14/12/2004 – [As Nações Unidas e o caráter da segurança coletiva após a Guerra Fria](#)

05/11/2004 – [A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washington](#)

29/10/2004 – [O Banco Mundial: dos empréstimos para o ajuste aos empréstimos para políticas de desenvolvimento](#)

---

# A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento

---

Resenha  
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Fernanda Assunção Soares  
20 de setembro de 2005

---

A República Popular da China possui uma economia em rápida expansão. Com um produto interno bruto crescendo a uma média de 9,5% ao ano, a necessidade chinesa por recursos energéticos deve aumentar em 150% até o ano de 2020. Com isso, visando a garantir certa segurança nas questões referentes ao abastecimento de energia, a China vêm diversificando suas fontes de fornecimento de recursos energético.

---

Desde as reformas econômicas de 1979, que incluíam a abertura de zonas comerciais nas províncias costeiras, o aumento de investimentos estrangeiros, a liberalização do comércio e do mercado agrícola e a privatização de estatais, a China apresenta uma expansão rápida e regular de seu produto interno bruto (PIB). Entre 1980 e 2002, o PIB real chinês apresentou um crescimento anual médio de 9,5%. No mesmo período, as exportações saltaram de 20 bilhões para mais de 300 bilhões de dólares. Para 2005, economistas esperam um crescimento do PIB real em torno de 9,0%, o que representa uma queda frente ao crescimento de 9,5% apresentado em 2004.

A rápida expansão da economia chinesa suscita um aumento da demanda energética primária. Importante ressaltar que energia primária é entendida com toda energia consumida, excluindo a eletricidade, mas incluindo a energia consumida em utilidades elétricas para gerar eletricidade. Entre 1980 e 2002, o consumo energético chinês teve um aumento de 2,5%, o que significa um

crescimento anual médio de 4,2%. A partir de 2002, o crescimento da demanda energética chinesa sofreu uma forte aceleração: 23% em 2002, e ultrapassou 15% em 2003 e 2004. Como consequência, a China contribuiu em 52% para o crescimento da demanda energética mundial no período entre 2001 e 2004. O consumo de petróleo, especificamente, cresce 7,5% ao ano. Um relatório divulgado pela Agência Internacional de Energia prevê que em 2030 as importações de petróleo chinesas se igualarão às importações dos Estados Unidos da América de hoje, dado as previsões de crescimento econômico para ambos os países.

O país foi o segundo maior consumidor de produtos petrolíferos em 2004, apresentando uma demanda total de 6.5 milhões de barris por dia, tendo ultrapassado o Japão, ficando atrás, portanto, somente dos Estados Unidos da América. A projeção da demanda chinesa por petróleo para 2025, caso o país continue na atual trajetória de crescimento, alcança 14.2 milhões de

barris por dia, sendo 10.9 milhões importados. Nesse sentido, a demanda chinesa torna-se um fator chave para os mercados mundiais de petróleo.

Com crescentes necessidades energéticas, em 1993, a China passou da categoria de país exportador de petróleo para importador. Como consequência, alguns políticos chineses acreditam que o petróleo não mais pode ser considerado fonte de influência na política internacional, mas sim uma fonte de vulnerabilidade que poderia submeter o país a pressões externas não desejadas.

A indústria petrolífera chinesa passou por grandes mudanças na última década. Em 1998, o governo chinês reorganizou as estatais em duas firmas verticalmente integradas – a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a *China Petrochemical Corporation* (Sinopec). Antes da reestruturação, a CNPC era responsável pela exploração e produção de gás e petróleo, enquanto a Sinopec realizava o refinamento e a distribuição. Essa reorganização criou duas firmas com focos regionais; a CNPC no Norte e no Oeste, e a Sinopec no sul. Mesmo assim, a CNPC continuou responsável pela produção do petróleo e a Sinopec pelo refinamento. Outra grande estatal no setor seria a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), que cuida da exploração e produção de petróleo ao longo da costa. A regulação dessas três empresas é de responsabilidade da *State Energy Administration* (SEA), criada em 2003.

A intenção dessa reestruturação foi transformar as firmas estatais em entidades corporativas mais verticalmente integradas.

Para garantir uma certa segurança no que se refere à questão energética, as três empresas estatais de petróleo chinesas decidiram investir na exploração e na produção da *commodity* em outros países, por isso vários projetos vêm sendo desenvolvidos. A CNPC adquiriu

concessões de petróleo no Azerbaijão, Canadá, Cazaquistão, Sudão, Indonésia, Iraque e Irã. Fatores políticos tiveram importantes papéis neste processo. Isso porque o Congresso estadunidense banuiu todos os negócios ligados a países acusados de fornecer suporte ao terrorismo, dando à CNPC a oportunidade de substituir certas firmas, como a *Occidental Petroleum*, em projetos em países como o Sudão. A atuação da CNPC também aumentou no Irã e no Iraque. Neste último, foi assinado um consócio das empresas petrolíferas chinesas relativo a 22 anos de produção compartilhada no campo de Al-Ahdab. A parte correspondente no consócio da CNPC é de 50%.

Analistas chineses acreditam que os projetos desenvolvidos pelas estatais em outros países devem aumentar a segurança energética de diversas maneiras. Isso porque esses investimentos devem não apenas preencher a lacuna entre a produção doméstica de petróleo e seu consumo, como também objetivam diversificar as fontes de abastecimento. Assim, haveria um maior controle da China sobre seus fornecedores estrangeiros ao mesmo tempo em que sua economia ficaria protegida de grandes elevações de preço no mercado internacional.

No entanto, apesar dos investimentos feitos pelas firmas chinesas em outros países, a parcela das importações chinesas provenientes desses investimentos está abaixo de 300.000 barris por dia, uma quantidade pequena se comparada às importações totais que giram em torno de 3,5 milhões de barris por dia. Apesar dos esforços para diversificar as fontes de fornecimento, mais da metade das importações de petróleo da China são provenientes do Oriente Médio, sendo 17% dessas importações provenientes da Arábia Saudita no primeiro bimestre de 2005.

Outra forma encontrada pelo governo

chinês para diversificar o abastecimento energético foi a construção de oleodutos para facilitar o transporte de petróleo do Cazaquistão e da Rússia até a China. O que se observa, entretanto, é um custo bastante elevado de tais oleodutos, levando alguns a acreditar que o governo chinês possui razões adicionais para realizar sua construção. Como a capacidade naval chinesa não é suficiente para defender seu carregamento de petróleo, a passagem de seus navios por áreas dominadas pela marinha estadunidense – especialmente o Golfo Pérsico – é considerada por muitos como uma vulnerabilidade estratégica chave. Nesse sentido, um possível sistema de oleodutos que evitasse áreas dominadas pelos Estados Unidos tornaria a China menos vulnerável a eventuais pressões advindas do governo estadunidense.

Apesar de aparentes vantagens, a CNPC, pressionada pelo Conselho de Estado chinês, abriu mão, mesmo que temporariamente, da construção do oleoduto entre China e Cazaquistão. O Conselho argumenta que os campos de Aktyubinsk e Uzen não possuíam reservas suficientes que justificassem a construção do oleoduto. Por outro lado, negociações do país com a Rússia, em que ambos os governos discutem a viabilidade da construção de oleodutos entre os países para tornar as exportações possíveis, estão em andamento.

O primeiro objetivo da estratégia chinesa, que visa uma diversificação no fornecimento, é diminuir a dependência do Oriente Médio. Em 1998, a parcela das importações chinesas provenientes do Oriente Médio era de 61%, podendo aumentar em até 80% em 2010. Como se trata de uma região extremamente instável, a China percebeu a necessidade de estabelecer fontes de abastecimento alternativas e viáveis, como a Ásia Central e a Rússia, de maneira a diminuir a sua vulnerabilidade a embargos ou bloqueios que poderiam advir do fornecimento de petróleo pelo Oriente Médio. Além do

mais, no caso de haver outro choque do petróleo, o governo chinês poderia pressionar suas empresas petrolíferas a não lucrar com os altos preços do mercado internacional, determinando que a produção se destinasse a indústrias chinesas a preços baixos e artificiais.

No entanto, alguns analistas acreditam que os planos que vêm sendo traçados pelas três principais empresas chinesas – CNPC, Sinopec e CNOOC – dificilmente aumentarão a segurança energética da China. Eles argumentam que os projetos de exploração de petróleo desenvolvidos no estrangeiro estão muito atrasados, de forma que não produzirão uma quantidade suficiente para compensar o crescimento das importações chinesas de petróleo projetado para os próximos vinte anos. Transporte e custos logísticos também poderiam impedir que a produção externa chegasse ao país.

Oficiais chineses falam da intenção de construir uma reserva de petróleo nacional estratégica ainda em 2005. A reserva reduziria a vulnerabilidade chinesa a interrupções no abastecimento em curto prazo, poderia ajudar a estabilizar os preços domésticos em caso de um aumento desses no mercado internacional, e segundo alguns analistas, poderia também aumentar o espaço de manobra diplomático.

Outra opção seria o gás natural. Historicamente o gás natural não é o combustível principal na China, mas dados os benefícios ambientais do mesmo, bem como as grandes reservas domésticas presentes, o país iniciou uma expansão em sua infraestrutura direcionada à utilização do gás. Atualmente, o gás natural representa apenas 3% do consumo energético chinês total, porém, espera-se que esse consumo quase dobre até 2010. Isso irá envolver um aumento na produção nacional e nas importações feitas na forma líquida do gás ou através de gasodutos. Negociações entre o governo chinês e o governo russo vêm

sendo feitas visando a construção de um possível gasoduto ligando os dois países e, possivelmente, incluindo também a Coreia do Sul.

Em geral, a previsão para 2025 é de um aumento significativo da demanda energética pelo gás natural e pelos recursos energéticos renováveis, sendo que o carvão e o petróleo não devem apresentar grande aumento na parcela total da demanda energética chinesa por recursos primários.

## Referência

### Sites:

Energy Information Administration -

<http://www.eia.doe.gov/>

The Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com/>

Rand Corporation -

<http://www.rand.org/>

CNN -

<http://www.cnn.com>

Human Rights Watch -

<http://www.hrw.org>

Institut Français des Relations

Internationales (IFRI) -

<http://www.ifri.org/>

Foreign Affairs -

<http://www.foreignaffairs.org/>

---

# Parlamento da Ucrânia aprova novo primeiro-ministro

---

Resenha  
Segurança

Ana Flávia Lima Teles  
22 de setembro de 2005

---

**Yuri Yekhanurov é eleito o novo primeiro-ministro ucraniano depois de o Presidente Viktor Yushchenko realizar negociações com os grupos parlamentares.**

---

No dia 20 de setembro Yuri Yekhanurov, de 57 anos, foi indicado para ocupar o cargo de primeiro-ministro da Ucrânia, no entanto, seu nome foi rejeitado. Era preciso obter uma maioria simples de 226 votos para que ele fosse eleito e o candidato conseguiu apenas 223 votos. Yekhanurov obteve o apoio do Presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko. Esse fracasso do presidente em nomear o primeiro-ministro se deu em um contexto de um crescente escândalo sobre dinheiro estrangeiro envolvido em financiamento da denominada Revolução Laranja e pela destituição da então Primeira-ministra Yulia Tymoshenko.

A Revolução Laranja é uma organização de coalizão formada contra o regime do ex-Presidente ucraniano Kuchma. Essa revolução foi planejada pelos altos escalões (top brains) nos Estados Unidos e em outros Estados do ocidente e que possui participação ativa da burguesia ucraniana.

O escândalo político na Ucrânia começou em agosto passado, quando o então Secretário de Estado, Alexander Zinchenko, renunciou após acusar de corrupção e abuso de poder vários funcionários do entorno presidencial. Segundo analistas, esse episódio do

fracasso de Yushchenko em conseguir a nomeação do primeiro-ministro seria um sinal de que a crise do governo na Ucrânia estaria aprofundando e levando a desestabilização econômica, política e de segurança no país.

No dia 22 de setembro Yekhanurov foi indicado novamente e 289 deputados votaram a seu favor, sendo, portanto, eleito o novo primeiro ministro ucraniano. A aprovação de Yekhanurov é fruto das negociações realizadas pelo presidente com os grupos parlamentares. Para conseguir a nomeação de Yekhanurov, o presidente teve que conceder privilégios à oposição pró-Rússia o que, segundo analistas, teria enfraquecido sua presidência, além de criar uma oportunidade para Moscou restaurar sua influência na Ucrânia.

Para ganhar o apoio do Parlamento, Yushchenko assegurou que não bloqueará a reforma política que, a partir do dia 1º de janeiro transferirá ao Parlamento seu direito de formar o governo, reforma crucial para o pleito parlamentar de março. Ele também prometeu não obstruir os trabalhos das duas comissões criadas para investigar as denúncias de corrupção contra pessoas próximas a ele e o suposto financiamento ilegal de sua campanha eleitoral no fim de 2004. Além disso, pôs



fim aos cargos de secretário de Estado (chefe do gabinete da Presidência) e de seus seis adjuntos.

Segundo analistas, a confirmação do primeiro ministro nesse contexto não acabaria com a crise política da Ucrânia, mas traria três dimensões cruciais para o país e os poderes exteriores - Rússia e os Estados Unidos - que lutam para obter influência sobre Kiev.

A primeira dimensão significaria que o partido pró-Rússia derrotado na Revolução Laranja em dezembro tornar-se-iam outra vez a peça central da política ucraniana. Yushchenko teve que fazer muitas concessões como, por exemplo, prometer parar o processo de reprivatização e os ataques políticos a Rússia e a oligarquias e homens de negócios aliados a Yanukovich (ex candidato que disputou as eleições presidenciais com Yushchenko apoiado pela Rússia). Além disso, concedeu o direito ao Partido de Regiões de introduzir propostas de como retirar a Ucrânia de sua crise econômica. Mesmo sem estes privilégios, o governo de Yushchenko, segundo analistas, causaria um impacto psicológico no clima político do país, aumentando o peso político da oposição bem como aumentando as possibilidades de Moscou em recuperar sua influência na Ucrânia.

A segunda consequência defendida pelos analistas seria que, quando outras forças políticas importantes confrontassem Yushchenko, seu novo primeiro-ministro teria um mandato muito fraco devido aos privilégios feito a Yanukovich e porque o acordo do presidente causaria uma separação séria dentro do próprio círculo. Além do mais, fontes próximas a Yushchenko teriam afirmado que o presidente vê a aliança com Yanukovich como um meio tático de manter controle da situação. Tanto o presidente como o Partido de Regiões usariam este acordo tático para perseguir seus interesses respectivos, que são totalmente opostos, m

particular, Yekhanurov (atual primeiro ministro) pretenderia perseguir políticas econômicas Ocidentais liberais, enquanto Yanukovich seguramente tentaria defender uma agenda mais social. O primeiro conflito entre Yushchenko e Yanukovich já teria ocorrido quando o presidente se recusou a conceder cargos aos membros do Partido de Regiões no novo governo.

A terceira dimensão do acordo refere-se a forças políticas internas que foram excluídas do acordo de Yushchenko-Yanukovich e que poderiam afetar a política ucraniana. A ex-primeira-ministra, por exemplo, poderia considerar a aliança de Yushchenko-Yanukovich como uma traição dos ideais da Revolução Laranja e poderia fortalecer as reações contra tal acordo mobilizando os defensores desiludidos de Yanukovich bem como de Yushchenko.

Tudo isto, segundo analistas, sugeriria que qualquer ganho que os partidos obtivessem seriam breves e esse futuro da Ucrânia pareceria ser o mais escuro e tempestuoso e que novas alianças seriam possíveis de se formarem a partir do impasse. E é possível que o imbróglio político da Ucrânia continue até as próximas eleições parlamentares programadas para 2006.

## Referência

### Sites:

Folha Online-

<http://www.folhaonline.com.br>

Stratfor-

<http://www.stratfor.com>

### Ver também:

18/02/2005 - [Rússia e a redefinição do Leste europeu](#)

03/03/2005 - [Rússia: a política após a questão ucraniana](#)

---

# Iraque sofre com três dias de subseqüentes ataques terroristas

---

Resenha  
Segurança

*Fernanda Assunção Soares*  
22 de setembro de 2005

---

**Durante três dias seguidos o Iraque sofreu uma série de ataques terroristas que deixaram mais de 200 mortos. Parte dos atentados foram reivindicados pela rede terrorista Al Qaeda.**

---

**N**os dias 14, 15 e 16 de setembro, o Iraque sofreu uma série de atentados terroristas que deixaram mais de 200 pessoas mortas e aproximadamente 600 feridas. A primeira onda de ataques, iniciada na quarta-feira, atingiu de forma incisiva a capital Bagdá. Em Kadimiyah, bairro da capital, um suicida lançou o carro-bomba que conduzia contra uma fila de centenas de pessoas que aguardavam para tentar conseguir emprego. Na seqüência, outros 12 carros-bomba explodiram em diferentes locais de Bagdá.

As explosões na capital atingiram principalmente a população xiita e membros das forças de segurança iraquianas. Além desses atentados, ocorreu a ação de alguns homens armados, que usando uniformes militares, cercaram um vilarejo ao norte do Iraque (Taji) e assassinaram 17 pessoas.

Autoridades iraquianas estimam a morte de 160 pessoas apenas no dia 14. Os atentados foram reivindicados pelo chefe da Al Qaeda no Iraque, o jordaniano Abu Musab Al-Zarqawi. A rede terrorista divulgou dois comunicados pela internet. O primeiro falava que as ações empreendidas na quarta-feira foram levadas a cabo em retaliação às operações

que vêm sendo realizadas na cidade de Tal Afar (norte), uma região que tem sido atacado por forças iraquianas e da coalizão que tentam acabar com a insurgência. Mesmo após a declaração, o general estadunidense Rick Lynch anunciou que os soldados continuarão a operação na região.

Já no segundo comunicado, a Al Qaeda no Iraque declarou guerra aos muçulmanos xiitas, acusando-os de promover "uma guerra confessional organizada e minuciosamente preparada para exterminar os sunitas".

Os ataques do dia 14 coincidiram com a data em que o comitê constitucional iraquiano submeteu a versão final da constituição do país para a Organização das Nações Unidas. Esta organização deveria imprimir cópias do texto a serem distribuídas para os cidadãos iraquianos, visando ao referendun a ser realizado em outubro sobre seu conteúdo. Alguns acreditam que os atentados estão diretamente ligados a esta etapa final do processo constitucional. Isto porque os líderes sunitas foram excluídos do processo de deliberação, uma vez que, segundo Xiitas e Curdos, eles estariam muito inflexíveis na concessão de autonomia às províncias.

Dan Grymes, coordenador da terceira divisão de infantaria no Iraque, declarou que os atentados do dia 14 representariam um resultado conseqüente de um nexos entre as questões que envolvem a constituição e Tal Afar. Para ele os insurgentes estão sob pressão, e por isso mesmo realizando ações terroristas. Já Erik Clark, porta voz estadunidense, acredita que Zarqawi tem medo de que sua rede terrorista seja destruída.

Segundo declaração de uma oficial de Al-Jaafari, o primeiro ministro interino iraquiano, os ataques mostram o desespero e a covardia dos insurgentes frente às perdas sofridas em Tal Afar, como em outros lugares, pelas forças de segurança iraquianas.

Na quinta feira, do dia 15, os atentados prosseguiram causando a morte de mais de 40 pessoas. Em Bagdá 23 pessoas morreram devido a três atentados suicidas com carros-bomba contra policiais iraquianos.

Já na sexta feira, dia 16, foi empreendido um atentado suicida com carro-bomba contra um grupo de fiéis xiitas que saíam de uma mesquita em Tuz Jurmatu, no norte do Iraque. No mesmo dia ocorreram alguns assassinatos: homens armados, dirigindo em dois veículos, atiraram contra um grupo de operários iraquianos em uma praça do bairro Novo Bagdá.

Após os três dias de intensificação de ações violentas por parte dos insurgentes, a organização da Al Qaeda no Iraque, que assumiu a autoria da maioria dos atentados ocorridos, declarou que assassinará qualquer pessoa que reconhecer o governo de Al-Jaafari ou colaborar com as forças de segurança ou com as tropas da coalizão.

## Referência

### Sites:

CNN -

<http://www.cnn.com>

Folha OnLine -

<http://www.folhaonline.com.br>

BBC Brasil -

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

The Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

---

# Eleições no Haiti

---

Resenha  
Segurança

*Tiago Cerqueira Lazier*  
22 de setembro de 2005

---

**Foi renovado o mandato da Minustah, que tentará garantir a segurança das eleições de outubro e novembro.**

---

No dia 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução 1542, que estabelecia a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil, considerando que a situação representava uma ameaça à paz e à segurança da região. [ver: Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade].

A presença da Minustah sofreu várias críticas por não conseguir estabilizar o país. [ver: Tropas brasileiras no Haiti; Situação Emergencial no Haiti; Instabilidade no Haiti e a Minustah]. De qualquer forma, a liderança brasileira continuará, como previsto, até 2006. O mandato foi renovado três vezes pelo CS, em 29 de novembro de 2004, em 31 de maio de 2005 e em 22 junho de 2005. O mandato atual continua até 15 de fevereiro de 2006 e pode ser renovado.

Cabe à Minustah auxiliar nas eleições que ocorrerão no segundo semestre de 2005, conforme estabelecida pela lei eleitoral de 11 de fevereiro do mesmo ano. As eleições locais estão marcadas para o dia 9 de outubro. A eleição parlamentar e presidencial será no dia 13 de novembro, se necessário, o segundo turno ocorrerá no dia 18 de dezembro.

Segundo o relatório do dia 13 maio de 2005, do Secretário Geral da ONU, Koffi

Annan, parece haver um comprometimento no Haiti com os prazos determinados para as eleições, com exceções de algumas vezes dissonantes. Todavia, à luz de experiências passadas, existem algumas preocupações. A capacidade e vontade do Governo e Conselho Eleitoral Provisório de resolver inúmeras questões logísticas, legais e praticas permanecem duvidosas.

A pedido dos principais partidos políticos, um pacto que inclui um código de conduta foi produzido por um instituto local, mas seu status ainda não está claro.

Devido a preocupações logísticas, administrativas e de segurança, o cadastramento dos eleitores iniciou-se no dia 25 de abril, com quatro semanas de atraso.

A Minustah encaminhou algumas considerações sobre a constitucionalidade da lei eleitoral, que inclui a introdução do direito de apelação para a corte suprema, a necessidade de maioria simples para o segundo turno da eleição presidencial e parlamentar; a contestação da exigência de requerimentos especiais de candidatos livres. Contudo, nenhuma atitude foi tomada.

A preocupação com a segurança das eleições é um dos assuntos centrais. A base do conselho eleitoral foi atacada nos dias 24 e 29 de março de 2005. Dessa maneira, o primeiro ministro criou uma



Comissão de Segurança Eleitoral, formada por representantes do Governo de Transição, do Conselho Eleitoral e da Minustah, que devem preparar um plano de segurança para as eleições e supervisionar sua execução.

No dia 22 de junho de 2005, a pedido do Secretário Geral da ONU, o CS aprovou um aumento dos gastos e efetivos da Minustah, tendo em vista o processo eleitoral que se aproxima, destacando a importância desta em trabalhar em conjunto com a polícia local, garantido a segurança das eleições, sendo capaz de atuar de maneira rápida e eficiente se necessário.

## Referência

### Sites:

BBC -

<http://www.bbc.co.uk>

Haitian times -

<http://www.haitiantimes.com>

ONU -

<http://www.un.org>

The Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

### Ver também:

29/06/2005 - [MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil](#)

16/12/2004 - [O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU](#)

22/10/2004 - [Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti](#)

07/10/2004 - [Situação Emergencial no Haiti](#)

20/08/2004 - [Tropas brasileiras no Haiti](#)

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)

---

# Brasil e Guatemala assinam acordos de cooperação em diversas áreas

---

Resenha  
Economia e Comércio

Rafaella Arruda Melo Pereira  
22 de setembro de 2005

---

**A visita oficial do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala, no último dia 13, possibilitou a assinatura de acordos de cooperação entre os países nas áreas de educação, saúde, tecnologia e comércio.**

---

No último dia 13, realizou-se na Guatemala a 1ª visita oficial de um chefe de Estado brasileiro ao território desse país. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente guatemalteco Oscar Berger realizaram encontros durante dois dias nos quais assinaram diversos acordos bilaterais de cooperação nas áreas de saúde, educação, comércio, tecnologia e diplomacia.

O presidente brasileiro que, no país, também participou da Conferência Latino-americana sobre a Fome Crônica, durante a qual reiterou sua preocupação em combater a fome, a pobreza e a desnutrição infantil, confirmou parcerias que prevêm a implantação da segunda fase do Projeto Bolsa Escola e a continuidade do programa Alfabetização Solidária no país da América Central. Outros convênios assinados entre os dois países prevêm a cooperação brasileira no Programa Nacional de Prevenção e Controle da AIDS, realizado na Guatemala, além da transferência de técnicas que possibilitem melhor produção e colheita de frutas tropicais.

Como parte dos acordos assinados, o Brasil também se dispôs a criar uma comissão que vise estreitar as relações diplomáticas entre ambos os países, além

de reiterar seu apoio à transferência de tecnologia brasileira para o uso e produção de etanol (álcool) como combustível. Esse viria a diminuir a dependência do país centro-americano em relação à importação de petróleo, possibilitando o desenvolvimento de um recurso energético seguro, ambientalmente sustentável e que também contribuiria para a geração de empregos e reforço da agricultura familiar, uma vez que é extraído da cana de açúcar. Nesse mesmo contexto, caberia ao Brasil oferecer a exportação de veículos aptos ao uso do etanol, uma vez que a América Central e o Caribe não manufaturam os mesmos.

Também no setor tecnológico, segundo acordos assinados bilateralmente, ocorreriam investimentos brasileiros visando à implementação de minicentrals hidrelétricas e a exploração de petróleo na Guatemala.

Durante a visita oficial à Guatemala, o presidente brasileiro também realizou um encontro com os Chefes de Governo e de Estado dos oito países membros do Sistema de Integração Centro-Americano, o SICA. A reunião entre Brasil, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e a caribenha República Dominicana, deu se

principalmente em torno de assuntos comerciais e de cooperação.

Durante pronunciamento realizado na abertura da reunião entre o Brasil e países membros do SICA, o presidente brasileiro disse estar certo de que "estão dadas as condições para caminharmos em direção a uma área de livre comércio entre o Mercosul e o SICA". Além disso, o presidente declarou que o Brasil tem estudado alternativas visando a colaboração com o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), com o objetivo de ampliar a presença econômica e comercial do país na América Central e dos países do SICA na América do Sul.

Paralelamente a essa reunião, ocorreu também na Guatemala o Primeiro Encontro Empresarial entre o Brasil e os países membros do SICA para tratar de temas voltados às possibilidades de investimentos, financiamento e criação de alianças estratégicas entre as regiões. Durante o encontro que contou com a presença de mais de 35 empresários brasileiros, foi apresentado o PIBAC-Programa de Incentivos aos Investimentos Brasileiros na América Central e no Caribe. O objetivo de tal programa é adensar as relações entre Brasil e países do SICA que, em parte, integram também um acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

O *Central American Free Trade Agreement - Dominican Republic* (CAFTA-DR-Acordo de Livre Comércio Centro-Americano - República Dominicana) acordo de livre comércio assinado entre Estados Unidos, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e República Dominicana, entrará em vigor a partir de janeiro de 2006 e garantirá a entrada de 80% dos produtos centro-americanos e caribenhos (da República Dominicana) no território estadunidense com tarifa zero, da mesma forma que os produtos estadunidenses também serão exportados para as regiões com tarifas nulas.

Segundo o Itamaraty e analistas comerciais brasileiros, tal acordo, que visa a eliminar as tarifas de exportação de todos os produtos dos países do CAFTA-DR dentro de 10 anos, torna-se amplamente favorável ao Brasil caso realmente se adensem as relações comerciais entre este e os demais países membros do SICA. Assim, a partir do investimento de empresas brasileiras nesses países, os produtos nacionais, como um "trampolim", poderiam entrar no mercado dos Estados Unidos também com tarifas zero. Para tal objetivo, o Brasil apoiaria diretamente empresas nacionais que buscassem investir nos mercados centro-americanos e caribenho, contando inclusive com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

O presidente brasileiro, que durante sua visita reiterou o pedido de apoio ao Presidente Oscar Berger para que seu país integre o lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), convidou o Chefe de Estado guatemalteco a visitar o Brasil em fevereiro do próximo ano; convite que foi prontamente aceito.

## Referência

### Sites:

Agência Brasil -

<http://www.radiobras.gov.br>

BBC Brasil -

<http://www.bbc.co.uk>

CAFTA Home -

<http://www.ita.doc.gov/cafta>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil -

<http://www.mre.gov.br>

Portal Câmara dos Deputados -

<http://www2.camara.gov.br>

Prensa Libre -

<http://www.prensalibre.com>

Presidência da República da Guatemala -

<http://www.guatemala.gob.gt>

## Conjuntura Internacional

### Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

